

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS

Às 09:35 horas do dia 15/09/2023 reuniu-se a Frente Parlamentar Pró Indústria (FPPI), no auditório 2 na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Palácio Maguito Vilela, para realizar audiência pública sobre o Impacto da Reforma Tributária no Estado de Goiás, a fim de cumprir o disposto na Resolução nº 1.379, de 16 de maio de 2012, que normatiza a criação de Frente Parlamentar e o Decreto Administrativo nº 3.456, de 11 de maio de 2023, que cria a Frente Parlamentar Pró Indústria, publicado no Diário da Assembleia nº 14.086.

A mesa foi composta pelo Coordenador desta Frente Parlamentar, deputado estadual Wagner Camargo Neto (SOLIDARIEDADE), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado Federal, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), secretária de Estado de Economia, Selene Peres Peres Nunes, no ato representando o governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado (UB); secretário de Estado de Indústria e Comércio, Joel Sant'anna Braga Filho; presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEGO), Francisco Júnior; presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), Sandro Mabel; presidente da Federação Goiana dos Municípios e prefeito de Campos Verdes, Haroldo Naves; presidente da Associação Goiana dos Municípios e prefeito de Goianira, Carlão da Fox; procurador-chefe da Procuradoria Tributária, Raimundo Diniz, no ato representando o procurador-geral do Estado de Goiás, Rafael Arruda; procuradora da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Maira Melo; presidente da Goiás Parcerias, Diego Soares; deputado e membro da Frente Parlamentar Pró Indústria (FPPI), Mauro Rubem (PT).

Após o chamamento para compor a mesa, o coordenador da FPPI passou a palavra aos seus assessores Atherson Mendes e Victor Mauro para fazerem uma breve apresentação sobre o texto da PEC 45/19 aprovado na Câmara dos Deputados. Logo após, deu-se início ao debate do tema da audiência pública, com o coordenador deputado Wagner Camargo Neto, que destacou a importância da promoção do debate na FPPI, e que é apenas a primeira ação, já tendo a perspectiva de discussão sobre a implantação de polos industriais em uma próxima agenda da frente. Também destacou que, desta audiência, será extraída uma carta de intenção, a fim de entregar ao relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal as reivindicações da Frente Parlamentar, a partir da audiência.

Logo após, passou a palavra à secretária de Estado de Economia, Selene Peres, que destacou a luta do governador Ronaldo Caiado (UB) em debater fortemente e se posicionar contra a Reforma Tributária (PEC 45/2019), da forma que foi aprovada na



Wagner

Câmara dos Deputados. Também salientou que é inoportuno a imposição de uma alíquota fixa, pois as áreas menos produtivas deverão pagar igualmente as áreas mais produtivas, além de fazer recolher tributos vários setores que não pagam com o atual sistema, trazendo uma mudança abrupta sem uma devida justificativa. Ademais, se a justificativa é simplificar o sistema, como o setor produtivo, os investidores, e toda a gama de empresas e empresários vão sobreviver com a transição morosa e complexa do atual sistema tributário para o novo, já que os dois irão subsistir, concomitantemente, por aproximadamente 6 (seis) anos. Ainda, a alteração da tributação na origem para o destino muda toda a sistemática de atração de investimentos e indústrias para o Estado de Goiás, que conta com uma política de incentivos e benefícios fiscais que vão até 2030, e não está clarividente como será compensada essa perda de autonomia do Estado na imposição das suas políticas fiscais e de geração de emprego e renda, já que haverá uma unificação e uma centralização na decisão das repartições dos recursos.

Na sequência, o deputado Wagner Camargo Neto passou a palavra ao Sandro Mabel, presidente da FIEG, que ressaltou a importância do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) no debate do tema da Reforma Tributária, que sem ele a PEC 45/19 seria votada sem o devido debate, e o perigo em colocar muitas questões importantes para serem tratados, posteriormente, em Lei Complementar, que traz uma insegurança, pois já existe, no passado, várias Leis complementares que não prosperaram, e o governo aproveitou para utilizar das regras transitórias para manter o sistema da forma que era mais pertinente para si. Por fim, salientou a ilusão de uma cesta básica nacional que terá isenção de impostos, a necessidade da supressão do dispositivo legal que trata da diminuição de incentivos de maneira gradativa, até o ano de 2032, para evitar a saída rápida das empresas que se instalaram em Goiás devido a política de incentivos e benefícios fiscais.

Após, teve a palavra o secretário de Estado de Indústria e Comércio, Joel Sant'anna, que ponderou os efeitos negativos que a Reforma Tributária já está trazendo para Goiás, mesmo antes da sua aprovação definitiva, pois houve uma queda brusca na procura de grandes empresas visando a instalação no Estado, justamente pelo receio da aprovação da PEC 45/19, imagine o que isso irá trazer de negativo quando for aprovada, esse é o temor do Governo de Goiás.

Logo depois, o coordenador da FPPI concedeu a palavra ao presidente da FGM e prefeito de Campos Verdes, Haroldo Naves, que trouxe pedidos de mudanças no texto referente a composição do Conselho Federativo, para que seja paritária e não por média ponderada referente à população, além da isenção do Imposto sobre Bens e Serviços referente a compras públicas, e uma maior autonomia dos municípios referente a sua legislação tributária e sua arrecadação, para que seja menos dependente dos Estados e da União. Na mesma seara, também fez uso da palavra o presidente da AGM e prefeito de



Goianira, Carlão da Fox, e conclamou ao senador Vanderlan Cardoso o apoio dele nessa luta para que sejam ouvidos os municípios goianos, na intenção de melhorar o texto da Reforma Tributária.

Em seguida, usou da palavra o procurador-chefe da Procuradoria Tributária do Estado de Goiás, Raimundo Diniz, que fez coro às palavras de quem o antecedeu e trouxe uma análise técnica, trazendo uma preocupação da Procuradoria Geral do Estado referente a composição do Conselho Federativo, e a aplicação de uma norma heterônoma constitucional, ou seja, uma interferência maior da União na legislação e execução fiscal e orçamentárias dos entes federais menores, o que opera um risco afrontoso ao pacto federativo e as disposições constitucionais. Somado a isso, também tem o percentual em que os Estados e Municípios estão investindo nesta reforma voltada ao consumo, que é muito maior do que o percentual que a União está investindo, no que tange os tributos que estão sendo objetos de mudança na PEC 45/19.

Por último, o senador Vanderlan explanou sobre as questões que há um clamor maior para serem objeto de alterações na Casa revisora, cujo função precípua é a análise pormenorizada e sem pressa do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, e pontuou que, sem dúvidas, haverá mudanças na PEC. Ademais, ressaltou a importância da realização de audiências públicas para conhecimento abrangente do que preocupa todos os setores envolvidos na pauta, além de trazer à luz alguns pontos que talvez pudessem passar despercebidos, como o Conselho Federativo sendo esse local de disputas e debates sobre repartição de receita, o fim dos incentivos e benefícios fiscais, o saneamento estando de fora das isenções constitucionais, a incerteza em relação a alíquota geral, e a forma como será feita a compensação do IPI na manutenção dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento. E, antes de finalizar, o presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás ressaltou também o perigo que se mostra a reforma tributária, que quer centralizar o poder decisório dos municípios e estados em Brasília, quando na verdade, a solução é a descentralização em sentido geral, seja de poder ou, principalmente, industrial.

Retornando a palavra ao coordenador da Frente Parlamentar Pró Indústria (FPPI), deputado Wagner Camargo Neto, encerrou a audiência sobre a reforma tributária e seus impactos no Estado de Goiás, agradeceu a presença de todas as autoridades e público, e já deu previsão sobre uma próxima agenda desta Frente Parlamentar, que será sobre a implantação de Polos Industriais.


WAGNER CAMARGO NETO

DEPUTADO ESTADUAL - SOLIDARIEDADE

